



## Destaque Rural Nº 211

6 de Março de 2023

### **REGRESSO DAS POPULAÇÕES E RECONSTRUÇÃO DO NORDESTE DE CABO DELGADO – DA FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO À EMERGÊNCIA DE UMA *TOTALÂNDIA***

**João Feijó**

A comunicação social vem relatando o regresso de dezenas de milhares de indivíduos ao Nordeste de Cabo Delgado, assim como regresso de funcionários e reabertura de serviços públicos. Trata-se de um importante indicador de melhoria da segurança, que aumenta as expectativas de retorno do projecto de extracção do gás promovido pela TotalEnergies. Numa altura em que um consultor independente realiza um diagnóstico da situação humanitária no Nordeste da província, continua a faltar uma informação objectiva e sistematizada sobre o regresso das populações e segurança na província, sobre o que significa a reabertura dos serviços públicos (ao nível da saúde, da educação, do apoio a actividades económicas ou da justiça) e sobre o reinício das actividades económicas. Este Destaque Rural tem como objectivo realizar um retracto do ambiente socioeconómico no Nordeste de Cabo Delgado, nomeadamente na zona em redor de um dos maiores projectos de investimento em gás natural de todo o continente africano, com epicentro na península de Afungi. Os dados resultam de uma semana de observação nos distritos de Palma e de Mocímboa da Praia, de entrevistas a populações regressadas, a membros dos governos distritais, professores e profissionais da saúde, membros de organizações humanitárias e não governamentais, trabalhadores da TotalEnergies, comandantes da polícia, entre outros actores sociais.

#### **1. AUMENTO DA SEGURANÇA E REGRESSO DAS POPULAÇÕES**

Depois dos ataques à vila Sede de Mocímboa da Praia (em Março e Junho de 2021) e de Palma (em Março de 2021), o Nordeste de Cabo Delgado atingiu o pico de insegurança, conduzindo a TotalEnergies à decisão de interromper o mega-projecto de investimento em gás natural, alegando força maior. A entrada de forças ruandesas no Teatro de Operações do Norte (TON) representou um ponto de viragem no conflito, expulsando os rebeldes para Sul e Oeste da província, proporcionando uma melhoria da situação de segurança em torno das vilas sede de Palma e de Mocímboa da Praia. Durante as operações militares, a população permaneceu deslocada a Sul e Oeste de Cabo Delgado ou no centro de reassentamento de Quitunda, nas imediações de Afungi, exercendo pressão sobre a TotalEnergies.

Ao longo do ano de 2022 verificou-se o regresso gradual de populações deslocadas para as suas zonas de origem ou para locais mais próximos das suas anteriores residências. O regresso iniciou para Palma Sede (ainda em 2021) e, mais tarde, para Quionga (pessoas oriundas sobretudo das ilhas mais próximas) e Olumbi, no litoral do mesmo distrito. O regresso a Mocímboa da Praia iniciou pelo Oeste do distrito, no posto administrativo de Diaca, maioritariamente protagonizado por camponeses macondes. Já no segundo semestre, o regresso à vila sede deu-se a partir de Quitunda (com o apoio da TotalEnergies em transporte e alimentação para os primeiros três meses), mas também a partir de Nanili (posto administrativo de Diaca), onde as forças militares haviam concentrado população resgatada das matas ou das bases de insurgentes. As precárias condições existentes nos centros de deslocados a Sul da província, as ameaças de interrupção de ajuda alimentar e as notícias de estabilização no Nordeste da província estimularam o regresso de dezenas de milhares de indivíduos. Em finais de 2022 iniciava-se um tímido regresso para o posto administrativo de Mbau (sul de Mocímboa da Praia) e Pundanhar (Oeste de Palma), zonas de maior risco, em virtude da densa vegetação. Em Nhica do Rovuma (na fronteira com a Tanzânia) e nas áreas perto do rio Messalo (no extremo Sul do distrito de Mocímboa da Praia) não há registos de população.

A maioria das populações encontraram as suas casas destruídas ou com problemas de manutenção e seus pertences roubados ou queimados. Muitos dormem no chão ou em esteiras e alguns recorrem a lonas trazidas dos centros de reassentamento. A estimativa de população residente, fornecida pelas autoridades distritais, é de 78.000 indivíduos em Palma (ultrapassando os 62.667 recenseados nos censos de 2017) e 86.813 em Mocímboa da Praia (representando 70% dos 123.975 registados em 2017).

Em Fevereiro de 2023, a segurança é evidente em todo o litoral a norte de Mocímboa da Praia e ao longo da estrada nacional entre Mocímboa da Praia e Diaca, tendo também melhorado na sede do posto de Pundanhar. Não obstante a melhoria da situação, as deslocações dos técnicos da TotalEnergies e seus parceiros continuam a ser realizadas com escolta militar. No passado dia 17 de Fevereiro verificou-se o primeiro incidente ao longo da estrada Palma-Mocímboa, após intervalo de vários meses (Cabo Ligado, 21.02.2023). O litoral Sul de Mocímboa da Praia permanece incerto, com limitações de pesca e relatos de presença de insurgentes armados, oferecendo dinheiro à população (Carta, 27.01.2023).

**Mapa 1: Transitabilidade e segurança nos distritos de Palma e Mocímboa da Praia (Fev/2023)**



Os chefes de postos administrativos, como Quionga, Olumbi e Pundanhari, ainda não regressaram, sendo o comando da polícia a autoridade que os substituiu. Em finais de 2022, as visitas de funcionários do Estado ao posto administrativo de Mbau eram feitas com escolta militar.

## 2. RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO E DE INFRA-ESTRUTURAS

Em Palma e, sobretudo, em Mocímboa da Praia, grande parte dos edifícios da administração distrital, assim como da justiça – Procuradoria da República, Serviços de Registos e Notariado, Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ), Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), estabelecimento prisional – foram fortemente vandalizados (fotos 1 e 2), assim como residências de funcionários do Estado. Em Mocímboa da Praia a secretaria distrital, residência do administrador, serviços distritais da educação, das actividades económicas e de infra-estruturas, foram

completamente destruídos ou fortemente vandalizados. As sedes dos vários postos administrativos e respectivas residências oficiais foram profundamente afectadas. O Governo de Moçambique, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a United Nations Office for Project Services (UNOPS) e a TotalEnergies vêm realizando vários levantamentos de necessidades e algumas obras estão em curso. A TotalEnergies disponibilizou vários contentores onde funcionam os serviços distritais de Mocímboa da Praia. O PNUD cedeu contentores onde funcionam os serviços de registos e notariado. Em Mocímboa da Praia foi também reabilitado o edifício dos Serviços Distritais das Actividades Económicas (SDAE), a sala de sessões da administração do distrito e o edifício do INSS.

**Foto 1: Vandalização das instalações da Procuradoria Distrital de Mocímboa da Praia**



**Foto 2: Destruição do estabelecimento prisional de Mocímboa da Praia**



A rede de energia foi profundamente afectada, com a destruição de muitos postos de transformação, roubo de postes e de cabos eléctricos. A rede está a ser reinstalada, mas ainda é precária, multiplicando-se alegadamente ligações clandestinas, responsáveis por cortes no abastecimento.

### **3. ACESSO A ÁGUA, SAÚDE E ALIMENTAÇÃO**

Grande parte dos poços e furos de água existentes em Mocímboa da Praia secaram ou apresentam problemas de manutenção. De acordo com dados dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI), de um total de 120 furos de água existentes em Mocímboa da Praia antes do conflito, em Fevereiro 2023 apenas 36 estão operacionais. O rácio existente é de um furo de água por 2.411 habitantes, valor bem superior aos 300 recomendáveis pela OMS. Os Médicos Sem Fronteiras (MSF) e a empresa Incomáti (financiada pela TotalEnergies) realizaram trabalho de abertura de furos (3 e 6, respectivamente) e distribuição de água.

O sistema de saúde foi largamente afectado pelo conflito armado. Das 8 unidades sanitárias existentes em Mocímboa da Praia, metade foi largamente destruída durante os ataques. Equipamentos hospitalares foram roubados ou vandalizados e parte dos edifícios destruída, necessitando de reabilitação. Nos dois distritos constata-se a falta de aparelhos de raio X, camas, mesas, material de laboratório, entre outro equipamento

hospitalar anteriormente existente. Até final de 2022, o Hospital Rural esteve ocupado pelo exército ruandês, dificultando a avaliação das necessidades. Em Palma, o MSF forneceu algum equipamento de laboratório, aspiradores, colchões, câmara de frio para a casa mortuária. O centro de saúde de Olumbi foi reabilitado com apoio externo, mas não tem equipamento e nem mobiliário, pelo que não está a funcionar.

**Foto 3: Fila para acesso a água no bairro de Nanduadua, em Mocímboa da Praia**



**Foto 4: Destruição do Hospital Rural de Mocímboa da Praia**



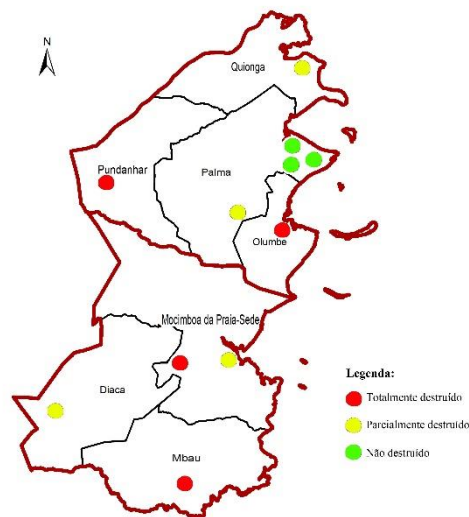
As unidades sanitárias operacionais estão, sobretudo, concentradas próximas das vilas sede distritais: em Palma, Quitunda e Maganja, assim como no acampamento da TotalEnergies em Afungi (próximas de Palma Sede), assim como no município de Mocímboa Sede. As unidades funcionam parcialmente (assegurando serviços de urgência, internamento, maternidade e alguma cirurgia), por vezes com recursos a tendas disponibilizadas pelos Médicos Sem Fronteiras. Com o acentuar do período chuvoso, as tendas tornam-se menos funcionais. De um total de 75 camas hospitalares disponíveis antes dos ataques, no distrito de Mocímboa da Praia existem apenas 19, para uma população superior a 86.000 indivíduos já regressados. Nos picos de atendimento a mesma cama é partilhada por dois doentes ou é atribuída alta médica prematura. De 42 camas existentes no distrito de Palma antes do ataque, de momento existe um número inferior e geralmente incompleto em termos de equipamento.

De acordo com os dados dos serviços distritais da saúde, todo o distrito de Mocímboa da Praia conta com 2 médicos (3 antes do conflito), e o distrito de Palma conta com 4 médicos. O rácio de médico por habitante é de 1 por cada 43.000 (em Mocímboa) e de 1 por 19.500 (em Palma), valores bem superiores ao máximo recomendado pela OMS, de um médico por cada 10.000 habitantes. Em Fevereiro de 2023, dos 232 funcionários afectos aos serviços distritais da saúde de Mocímboa da Praia, apenas 146 haviam regressado, o que representava cerca de 63% do pessoal do sector. Em Palma, a taxa de retorno do pessoal no sector da saúde ultrapassa os 90%.

À excepção do posto administrativo de Diaca, onde existe uma equipa permanente em tendas da UNICEF, e fora das vilas sede, a assistência faz-se geralmente por brigadas móveis, geralmente do MSF, nomeadamente em Quelimane e Mbau (em Mocímboa da Praia), Quionga e Olumbi (em Palma). A deslocação dos técnicos afectos ao serviço nacional de saúde é irregular por falta de recursos humanos e materiais, incluindo combustível. O distrito de Mocímboa da Praia dispõe de apenas uma ambulância operacional e Palma de duas. Várias viaturas apresentam problemas operacionais, como

avarias, dificuldade de acesso a mecânicos e a peças sobressalentes e verba para combustível, estando frequentemente dependente de apoio externo. A reparação dos veículos está a cargo de actores externos, como os Médicos Sem Fronteiras. As brigadas móveis transitam sem escolta, e os técnicos têm medo de se deslocarem ao posto administrativo de Mbau, pelo que a população só pode recorrer a Agentes Polivalentes Elementares (APE). A falta de condições de trabalho (destruição de infra-estruturas e ausência de equipamento hospitalar), destruição de residências e o receio de insegurança constituem as justificações para o não regresso de enfermeiros e auxiliares da saúde.

**Mapa 2: Estado das unidades sanitárias nos distritos de Palma e Mocímboa da Praia (Dez/2023)**



Fonte: Adaptado de ACAPS (2022)

Os soldados ruandeses realizaram programas de saúde pontuais. Até Abril de 2022, a força militar garantia o acesso à saúde, realizando-se intervenções cirúrgicas no hospital ruandês instalado em Afungi, existindo a possibilidade de transferência de pacientes para Pemba através de aviões fretados pela TotalEnergies ou True North, geralmente com intermediação da Vamoz.

As deslocações populacionais destabilizaram as estruturas informais da saúde existentes. Em alguns postos administrativos já existem APEs, capacitados para realização de diagnósticos de malária e portadores de uma farmácia muito elementar, mas frequentemente incompleta (geralmente paracetamol para redução de febres e Coartem para tratamento da malária). Os actores no terreno referem uma clara diminuição do número de matronas para apoio nos partos, tendo algumas falecido e outras não regressado.

A medicação disponível nas farmácias hospitalares resume-se, sobretudo, a analgésicos, anti-malárico e antibiótico, frequentemente de forma incompleta e faltando medicamentos mais específicos. À semelhança de outras zonas do país, muitos medicamentos que não estão disponíveis nas farmácias são vendidos nos mercados informais, surgindo suspeitas de desvio de medicação, envolvendo os próprios profissionais da saúde. A distribuição de medicamentos constitui também um problema, estando os serviços do Estado fortemente dependentes da UNICEF ou da Vamoz (sobretudo em Palma), instituições que também enfrentam fortes dificuldades.

Os maiores problemas enfrentados pela população são a malária, doenças respiratórias e anemia, em resultado da má-nutrição. Mocímboa da Praia constituiu o segundo distrito da província em número de transfusões de sangue. O rápido crescimento populacional no distrito tornou largamente insuficiente o número de redes mosquiteiras inicialmente distribuídas. Os profissionais da saúde referem a existência de muitas mulheres grávidas, crianças órfãs e famílias com parentes desaparecidos, assim como problemas de insegurança alimentar.

A Vamoz (com apoio da TotalEnergies) forneceu alimentação às populações regressadas para Mocímboa da Praia ou para Pundandar, e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) também esteve no terreno. O apoio alimentar tem sido claramente insuficiente para as necessidades. Todos os interlocutores em Mocímboa da Praia referiram não ter recebido comida nos últimos três meses, mas foram observados agentes económicos a vender alimentos em sacos com insígnias do World Food Programme. Como noutras zonas da província, esta situação é geradora de descontentamento entre a população.

#### **4. TENTATIVAS DE RESTABELECIMENTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO**

O sector da educação foi profundamente afectado pelo conflito armado. Salas de aula e gabinetes de professores foram queimados e vandalizados. As infra-estruturas construídas com material precário foram-se degradando por falta de manutenção. Nas redes sociais circularam fotos de barricadas construídas por insurgentes com carteiras escolares, bloqueando a N380 em Mienguelewa (distrito de Muidumbe). Outras carteiras estão degradadas por exposição às chuvas.

Em Mocímboa da Praia ainda não existe informação detalhada acerca do nível de destruição, traduzindo dificuldades de diagnóstico e de sistematização da situação. Das 64 escolas existentes, em 2020, neste distrito, ainda só reabriram 24 (38%), concentradas na vila-sede distrital e ao longo do corredor para Mueda (N380) e Palma (R762). Em Palma, reabriram 26 escolas, representando 60% das 43 existentes antes dos ataques. Algumas Zonas de Influência Pedagógica (Nsangue e Pundandar, no distrito de Palma, e em Mbau Nitumbati e Marere, no distrito de Mocímboa da Praia), ainda não estão a funcionar.

Com dados ainda por actualizar (muitas famílias ainda estão a regressar), em meados de Fevereiro de 2023 estavam matriculadas 17.001 crianças no distrito de Mocímboa da Praia, da 1ª primeira à 12ª classe, das quais 7.613 do sexo feminino (44,8%). O défice de meninas pode espelhar o número de raptos de adolescentes durante o conflito, mas também o receio dos encarregados de educação em fazer regressar as suas filhas. O efectivo escolar representa apenas 63% do número de estudantes matriculados em 2020, altura em que foram identificados 27.112 estudantes nesses mesmos níveis de ensino (Governo do Distrito de MdP, 2019: 5-6).

Em Fevereiro de 2023, estimava-se que haviam regressado apenas 30 a 40% dos professores afectos ao distrito de Mocímboa da Praia e 60% ao distrito de Palma. Muitos professores realizaram fugas traumáticas, alguns perderam parte de familiares e grande parte tem as suas residências e recheio destruído ou roubado. Grande parte dos professores contactados em Mocímboa da Praia deixou a família no Sul da província.

A longa interrupção das actividades lectivas conduziu ao elevado número de crianças inscritas na primeira classe. A título de exemplo, das 628 crianças matriculadas na escola primária completa de Quionga Sede, cerca de 300 estão na primeira classe. Nesta escola ainda só regressaram três professores (60% do total), traduzindo-se num rácio de 1 professor para 209 alunos. Onze turmas funcionam em apenas duas salas de aula e debaixo de duas grandes árvores (foto 5). A destruição das residências e o sentimento de insegurança levam os professores a residir nas vilas sede distritais, realizando diariamente o trajecto de ida e volta, aumentando o cansaço, desmotivação, com potenciais reflexos na assiduidade, pontualidade e capacidade de acompanhamento das crianças. De acordo com os professores, as crianças enfrentam situações de insegurança alimentar, fruto do regresso tardio das famílias, afectando negativamente a aprendizagem.

**Foto 5: Escola Primária Completa de Quionga - salas de aula exteriores**





Nas escolas visitadas constata-se a falta de material para o início das aulas, nomeadamente cadernos para realização da planificação, giz e livros escolares. Uma vez que nos anos anteriores não se registaram matrículas, não foi disponibilizada verba para o Apoio Directo às Escolas (ADE), agravando as condições pedagógicas. O défice de funcionários, viaturas e verba para transporte, aliados à degradação de várias vias de acesso, inviabiliza a inspecção escolar.

Verificam-se alguns esforços de reabilitação do parque escolar. Em Palma, 12 salas foram reabilitadas pela UNICEF, com recurso a bambu e chapas de zinco, constatando-se também a colaboração da TotalEnergies. Algumas escolas reabilitadas, mas ainda sem professores, provocam algum descontentamento nos doadores, denotando falta de coordenação.

## **5. RECOMEÇAR DO ZERO: A DINAMIZAÇÃO DO TECIDO ECONÓMICO**

### **5.1. Agricultura e pecuária**

A produção agrícola tende a voltar à normalidade ao longo das principais vias de acesso, nomeadamente da N380 (entre Mocímboa da Praia e Diaca) e da R762 (entre Palma e Mocímboa da Praia). Nas zonas próximas da costa é possível verificar a produção de arroz nas zonas baixas, mas também milho, feijão e mandioca ao longo das vias de acesso ou em redor das casas. Em Mocímboa da Praia, o governo distrital forneceu indicações para que as famílias não cultivassem longe das aldeias e principais vias de acesso. Em Quionga, o abandono da região foi responsável pela aproximação de fauna bravia, provocando destruição de culturas. A presença de elefantes aumenta as oportunidades de obtenção de marfim, alimentando redes de tráfico.

Nos postos administrativos de Pundandar e Mbau, considerados os celeiros dos distritos de Palma e Mocímboa da Praia, a área cultivada é bastante reduzida, em virtude do regresso mais lento e tardio das populações e sentimento de insegurança. Para a campanha agrícola de 2022/23 no distrito de Mocímboa da Praia foram planificados cerca de 15.000 hectares de produção agrícola, representando menos de metade da planificação de 2018/19 (33.332 hectares) e pouco mais de um terço de 2017/18 (40.832 hectares) (Governo do Distrito de MdP, 2019). Em Palma, a área planificada para a campanha de 2022/23 (15.150 hectares) representa 84% do que foi planificado em 2019/2020 (17964 ha), num período já fortemente afectado pelo conflito.

Em termos de apoios à agricultura, em Mocímboa da Praia foi projectada a distribuição de 375 toneladas de semente de milho pelo Governo, com potencialidade para semear uma área de 15.000 hectares. Contudo, os técnicos do SDAE revelaram atrasos na distribuição de semente, que comprometeram o planificado. Amplamente divulgado na comunicação social (RM, 14.11.2022) e com presença do Chefe de Estado e Ministro da Agricultura, em Nango (posto administrativo de Diaca) foram projectados 213 hectares de produção, com apoio de parque de máquinas, no âmbito do programa Sustenta,

envolvendo 183 famílias. Contudo, só foram efectivamente preparados 10 hectares, constatando-se falta de coordenação e atrasos na planificação, nomeadamente na disponibilização de máquinas para limpeza do terreno. O parque de máquinas nunca funcionou, recorrendo-se a apoio da TotalEnergies. Em Mocímboa da Praia, o apoio à agricultura concentra-se no posto administrativo de Diaca, junto à principal via de acesso. Em Palma foram alegadamente distribuídas 62 toneladas de semente de milho, 9 toneladas de amendoim, 5.000 enxadas, 6.000 catanas e 280 toneladas de adubo NPK, beneficiando 6.254 camponeses.

Mais de metade dos extensionistas agrários de Mocímboa da Praia ainda não regressou. O número de motas disponíveis duplicou, em virtude do apoio recebido pelo Programa Sustenta, mas a inexistência de verba para combustível desde Janeiro impede os técnicos de acompanhar os produtores. Acresce a falta de pesticidas. Em Palma, o número de extensionistas aumentou de 12 para 22, ainda que só existam 6 motorizadas. Durante o ano de 2022, o financiamento de combustível esteve dependente da TotalEnergies, mas os técnicos referem que este ano ainda não obtiveram verba. Nos dois distritos, os técnicos remetem-se, sobretudo, a trabalho no gabinete. A TotalEnergies vem complementando o SDAE, no apoio à produção de hortícolas e de frangos em pequenos aviários, posteriormente adquiridos pela empresa.

## 5.2 Actividades pesqueiras

A partir de Setembro de 2022, a pesca retomou à normalidade na faixa costeira entre Mocímboa da Praia e Quionga, mas com grandes limitações a Sul do município de Mocímboa, onde algumas embarcações já foram apreendidas por forças militares.

Em Mocímboa da Praia constata-se uma diminuição significativa do número de embarcações. Das 971 (das quais 44 a motor) registadas em 2019 (Governo do distrito de MdP, 2019), presentemente só foram registadas 91 embarcações pelos técnicos do SDAE, 12 das quais a motor. Em Palma os serviços distritais não dispõem de registos.

Apesar de não existirem estimativas do valor pescado (técnicos responsáveis pela extensão pesqueira ainda não regressaram ao serviço), os relatos dão conta que o peixe sai em quantidade, em consequência do longo período de defeso. Na arte de arrasto, a malha de pesca utilizada é reportada como demasiado pequena. A fiscalização tem sido permissível, atendendo às dificuldades dos pescadores.

Comparativamente à agricultura, o apoio público ao sector pesqueiro foi bem mais reduzido, resumindo-se à entrega de 10 *kits* de pesca em Mocímboa da Praia. Com o apoio da TotalEnergies, o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) forneceu 14 canoas, abrangendo outros tantos indivíduos. O total de beneficiários representa menos de 2,5% dos 1.003 pescadores identificados pelos SDAE. Constata-se uma forte pressão por parte de produtores na solicitação de insumos de pesca, nomeadamente redes e embarcações. Em Palma, não foi declarado qualquer apoio público para o sector pesqueiro, sendo a única evidência o fornecimento de crédito do MASC para insumos,

patrocinado pela TotalEnergies. Esta empresa multinacional vem adquirindo a produção de pescado, dinamizando o sector local.

Em Mocímboa da Praia, dos 12 técnicos existentes no SDAE (8 responsáveis pela extensão e 4 pelo licenciamento e fiscalização pesqueira), ainda só regressaram dois fiscais. Por questões de segurança, estão largamente circunscritos à zona do município.

### **5.3. Surgimento de pequenos artesãos e transformação de produtos primários**

A reconstrução das vilas-sede distritais geraram várias oportunidades a pequenos artesãos locais. Alguns agentes económicos, que reabriram as suas unidades económicas em Mocímboa da Praia, trouxeram carpinteiros de Pemba, pelo facto de os locais estarem bastante sobrecarregados. A reconstrução implica também a procura de pequenos serviços de electricidade. Com o apoio da TotalEnergies, algumas ONGs estimulam actividades de construção de blocos, utilizados para reabilitação de infra-estruturas. Nas vilas-sede distritais visualizam-se muitos pequenos alfaiates, operando em mercados ou alpendres. Em Palma registou-se uma diminuição significativa do número de moageiras (de 13 para 4), de serrações e carpintarias (de 24 para 15) e de unidades de produção de blocos (de 22 para 7).

### **5.4. Pequeno comércio**

O comércio foi profundamente afectado pelo conflito armado. Os relatos dão conta de pilhagens protagonizadas pelas partes beligerantes, mas também por civis, assim como queima e destruição de unidades comerciais. Em Palma e Mocímboa da Praia todo o comércio está a cargo de pequenos operadores informais (micro-empresas), em barracas ou contentores, estando os supermercados e médias superfícies<sup>1</sup> encerrados. Proliferaram pequenos agentes informais vendendo *diesel* ou gasolina avulso, mas já existem vários postos formais de abastecimento de combustível. O mercado de Palma ultrapassou o dinamismo anterior ao conflito, quer em número de bancas, quer em variedade e quantidade de produtos. No aldeamento de Quitunda começa a dinamizar-se um mercado de arrendamento das casas construídas pela TotalEnergies ou de dependências edificadas nos quintais.

Ao longo do ano de 2021, por intermédio de agentes de microcrédito, o Ministério da Indústria e Comércio disponibilizou uma linha de empréstimos a menos de 100 operadores económicos deslocados no Sul da província, vítimas do conflito armado, alguns oriundos de Palma e de Mocímboa da Praia. O regresso destes agentes económicos ao Nordeste da província traduziu-se em custos adicionais (relacionados com o transporte de pessoas e bens, reabilitação e limpeza de lojas, compra de equipamentos e mercadorias), o que veio a dificultar a devolução do capital. Por intermédio do MASC, a TotalEnergies apoiou mais de uma centena de operadores

---

<sup>1</sup> Entenda-se superfícies comerciais disponibilizando uma maior variedade e quantidade de artigos, organizados em corredor e em sistema de auto-serviço.

económicos em material de construção para reabilitação de lojas e barracas, dos quais alguns auferiram um apoio suplementar para aquisição de mercadoria. O regresso destes comerciantes exerceu um impacto na economia, incentivando a produção e as trocas comerciais, quebrando monopólios de militares (nomeadamente em Palma) e impulsionando o regresso das populações. Os agentes económicos aguardam por uma nova fase de financiamento.

A fronteira de Quionga com a Tanzânia permanece encerrada e o comércio clandestino constitui uma operação arriscada, com consequências negativas para a economia local, historicamente dependente do comércio transfronteiriço. Os comerciantes são obrigados a recorrer à fronteira de Ngomano (distrito de Mueda) ou a adquirir produtos em Pemba ou Nampula. Os recentes ataques na estrada nacional em Macomia e em Nairoto dificultam as trocas comerciais com a zona Sul.

### **5.5. Sector hoteleiro**

A guerra também reduziu significativamente o número de estabelecimentos hoteleiros. Das 44 unidades registadas em Palma antes do ataque, apenas reabriram 4, traduzindo-se numa enorme redução do número de camas. Alguns operadores em Palma inflacionaram significativamente os preços, procurando recuperar os elevados prejuízos. Em Mocímboa da Praia regista-se a abertura de 3 pequenas pensões, reabilitadas pelos proprietários, bem menos que as 24 unidades hoteleiras existentes em 2019 (Governo do distrito de MdP, 2019).

### **5.6. Sector dos transportes**

A rede de transportes também foi profundamente afectada, verificando-se uma diminuição do número de operadores. É comum circular entre Palma e Mocímboa da Praia sem vislumbrar um único veículo de transporte de passageiros. Da mesma forma, os dois operadores de transporte que operavam entre Quionga e Palma já não circulam nesta via, não tendo ainda sido repostos. Os operadores receiam deslocar-se para os postos administrativos de Mbau e Pundanhar, não só por questões de insegurança, como devido à degradação das vias de acesso, particularmente durante as chuvas. Esta situação concorre para o isolamento das populações e dificuldades nas relações comerciais. Um número reduzido de *txopelas* (triciclos motorizados) circulam em Palma e Mocímboa da Praia, fornecidos pelo MASC em forma de crédito.

### **5.7. Serviços financeiros**

Em todo o Nordeste da província só existe um posto bancário para levantamento de dinheiro, localizado em Quitunda, junto à península de Afungi. Os moradores de Mocímboa da Praia tendem a recorrer a agências bancárias em Mueda. A inclusão financeira das populações processa-se, sobretudo, através de instituições de moeda electrónica, nomeadamente o Mpesa e o E-mola.

**Foto 6: Aspecto da destruição de estabelecimento bancário em Mocímboa da Praia**



## **6. CONFLITUALIDADE, ACESSO À JUSTIÇA E EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

Não obstante o aumento significativo da segurança, a existência de muitos jovens desocupados e residências abandonadas desencadeia muitos furtos, sobretudo no período nocturno. Em Mocímboa da Praia, as instituições da justiça continuam por reconstituir-se, nomeadamente a Procuradoria, o SERNIC, IPAJ, tribunais e estabelecimentos prisionais. De acordo com os relatos, é às forças ruandesas que as populações prontamente recorrem, sempre que se registam incidentes com as Forças de Defesa e Segurança (FDS) moçambicanas, colmatando a ausência das instituições da justiça. Relatos de incidentes entre as FDS e as populações tendem a diminuir, sobretudo em torno da área de Afungi. Para tal, terá contribuído a diminuição da presença de insurgentes na área (reduzindo a desconfiança e pressão das FDS sobre a população), mas também o encaminhamento de denúncias das vítimas a técnicos da TotalEnergies, que intercedem junto das FDS. A representação das tropas ruandeses por parte da população continua bastante positiva. Circulam histórias de ofertas de cadernos escolares à população estudantil e actos de caridade junto de pessoas necessitadas. Em Mocímboa da Praia os soldados ruandeses são frequentemente saudados pelas crianças, o que não acontece em relação à tropa nacional.

Não obstante ser possível verificar a existência de associações económicas e religiosas, as poucas organizações da sociedade civil (OSC) que existiam estão desmembradas, descapitalizadas e inoperantes. As OSC foram largamente negligenciadas no processo de reintegração social de vítimas de violência ou de indivíduos arrependidos, assunto que continua a ser gerido de forma sigilosa pelas autoridades. Ainda que de forma centralizada e morosa, nos últimos meses registou-se uma maior flexibilização dos processos de atribuição de credenciais para o Nordeste da província, particularmente a agentes da ajuda humanitária. As instalações das rádios comunitárias de Palma e de Mocímboa da Praia permanecem destruídas.

## DA FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO À EMERGÊNCIA DE UMA *TOTALÂNDIA*

Não obstante a falta de apoios públicos, as populações regressadas a Mocímboa da Praia encontraram aqui maiores alternativas económicas – ao nível da agro-pecuária, da pesca, da construção civil e do sector terciário – sobretudo por comparação com os locais de reassentamento no Sul da província. A população regressou num cenário de maior fragilização do Estado, com enormes dificuldades em providenciar serviços públicos relacionados com a educação, saúde ou apoio a actividades económicas. Numa zona geográfica que vai absorver um dos maiores projectos de investimento de todo o continente africano, os serviços públicos enfrentam problemas de destruição ou ausência de infra-estruturas e arquivos, diminuição drástica do número de técnicos, défice de qualificações, falta de meios circulantes, equipamentos de trabalho e dotação orçamental mínima para funcionamento. A fragilidade institucional é visível nas dificuldades de recolha de dados socioeconómicos, que possibilitem a realização de um diagnóstico rigoroso da realidade. Agravando a situação, os funcionários declaram-se abertamente desiludidos com o processo de introdução da Tabela Salarial Única (TSU) e alegados cortes nos vencimentos. Professores, enfermeiros e auxiliares da saúde apresentam-se relutantes em regressar aos seus postos de trabalho, particularmente fora das vilas-sede distritais. Alegando a destruição de infra-estruturas, chefes de postos administrativos permanecem em Palma-sede, substituídos no terreno pelo comandante da polícia. O Estado tem adoptado uma postura flexível e pouco exigente quanto ao regresso dos funcionários. Grande parte da rede de saúde está por reconstruir, faltando meios técnicos, humanos e financeiros. As escolas vão paulatinamente reabrindo, com um efectivo de estudantes e professores bem inferior ao verificado antes do conflito armado. As populações são as primeiras a regressar, num cenário de grande ausência do Estado.

As funções do Estado têm sido complementadas, por vezes até substituídas, por agentes humanitários e pela TotalEnergies. Esta empresa encabeçou um amplo projecto de estabilização do Nordeste de Cabo Delgado, financiando vários projectos com vista a dinamizar uma economia circular na região, criando oportunidades para os seus múltiplos parceiros. A TotalEnergies substitui o Estado no apoio humanitário (assistência alimentar, construção de furos de água e transporte das populações para os locais de origem), na recuperação do tecido económico (apoiando actividades agrícolas, pecuária, pesca, comércio, transporte ou produção de blocos), na recuperação ambiental (reconstituição do mangal), na reabilitação de estradas, reconstrução de escolas e unidades sanitárias e, inclusivamente, no sector da justiça (equipamento para emissão de bilhetes de identidade) e da segurança (informando as autoridades militares de incidentes entre as FDS e as populações). Em contraste com o Estado, esta empresa privada dispõe de dotação orçamental, capacidade de atracção de especialistas nacionais e internacionais, meios circulantes e escolta das forças armadas de Moçambique.

Neste cenário, assiste-se a uma grande confusão entre as funções do Estado (cobrança fiscal, definição e coordenação de projectos de desenvolvimento, construção de infra-estruturas e prestação de serviços públicos) e dos privados (produção e contribuição fiscal), levantando-se questões sobre o contracto social em vigor. Perante a fragilização do Estado, a TotalEnergies aproxima-se de uma versão pós-colonial da Companhia do Niassa<sup>2</sup>, influenciando expectativas assistencialistas, por parte dos funcionários públicos e populações, em geral, em relação a esta empresa privada.

A confusão de papéis e a fragilidade do Estado são geradoras de problemas de descoordenação. Apesar dos esforços dos agentes no terreno, os apoios não são suficientes para as reais necessidades, realizando-se, muitas vezes, atrasados e descoordenados (distribuição tardia de sementes, entrega de insumos inadequados, chegada tardia de máquinas). A restauração de edifícios públicos (escolas ou unidades sanitárias) por parte de agentes da cooperação ou sector privado não é acompanhada do apetrechamento com equipamentos, transporte e habitação para os funcionários públicos, ou dotação orçamental para o respectivo funcionamento (pagamento de água, energia e combustível, etc.) e manutenção.

O apoio às actividades económicas continua, sobretudo, concentrado na agricultura – beneficiando particularmente as populações do interior, maioritariamente macondes, cristãos e apoiantes do partido no poder –, em detrimento da pesca, negligenciando as populações da costa, maioritariamente mwanis, islâmicos e simpatizantes de partidos na oposição. Não obstante os mwanis representarem a maioria da população do município de Mocímboa da Praia, os funcionários públicos são quase todos macondes, macuas ou de fora da província. Nas repartições do Estado, a população local não é atendida na sua língua materna, reproduzindo-se sentimentos de desprotecção e de invasão, facilmente capitalizados por grupos populistas e violentos. A persistência desta assimetria de acesso aos recursos do Estado (empregos, subsídios e apoios económicos) ilustra a dificuldade política de reconhecer as origens do conflito e de conceber uma resposta holística para um problema complexo.

Não obstante algumas melhorias, o Estado mantém uma postura demasiado centralizada, lenta e politizada, para responder aos reais desafios. A visita do Chefe de Estado à província implica a mobilização de inúmeros funcionários, para atender a um pesado protocolo, desviando-os de actividades prioritárias. Acrescem suspeitas de pouca

---

<sup>2</sup> Em finais do séc. XIX, num cenário de competição das grandes potências coloniais europeias pelo controlo do continente africano, Portugal apresentava-se incapaz de ocupar e administrar vastas áreas do actual território moçambicano. A solução encontrada foi o arrendamento de grande parte do território a companhias majestáticas, que teriam o dever de efectivamente administrar a região, construindo infra-estruturas, cobrando impostos e recrutando populações. A companhia do Niassa correspondia aos actuais territórios de Cabo Delgado e Niassa, adquirida por sociedades comerciais francesas e britânicas e, mais tarde, alemãs. Uma vez que o território não estava militarmente controlado, a companhia realizou campanhas contra chefes africanos. Só na década de 1920 a companhia conseguiu assegurar a ocupação do planalto maconde. Em finais dessa década o território passou para a administração directa do governo colonial.

transparência na gestão de recursos, assim como lutas internas dentro dos órgãos governamentais, tornando as instituições públicas pouco funcionais e desmotivando os parceiros na sua relação com o Estado. Em Palma, a primeira reunião de coordenação dos parceiros humanitários com o Governo foi realizada em inícios de 2023.

A reabilitação de um sistema de acesso à justiça e de consolidação da paz ainda constitui um desafio. Os serviços de investigação criminal, de patrocínio jurídico e os tribunais não estão operacionais. Não foram identificadas organizações da sociedade civil envolvidas na mediação de conflitos, particularmente no que concerne à reintegração social de populações vítimas de violência, desertores e arrependidos. Estes assuntos permanecem incómodos e fortemente controlados pelo Estado, que mantém uma desconfiança em relação a organizações da sociedade civil independentes do poder dominante. Num ano de eleições autárquicas, o aumento da competição eleitoral pode reinflamar os ânimos, sobretudo se houver evidências de partidarização do Estado e de utilização de fundos públicos para a campanha, assim como de fraude eleitoral.

Face ao presente cenário, urge operacionalizar uma resposta holística, que compreenda os seguintes aspectos:

**Reforço Institucional:** Necessidade de afirmação de um actor Estatal forte, despartidarizado e competente, com capacidade de conceber um projecto holístico e credível, que estabeleça umnexo entre o apoio humanitário, a reconstrução económica e a construção da paz, coordenando os diferentes parceiros. Urge a afirmação de uma instituição pública capaz de atrair a confiança dos doadores, mas também de mais e melhores funcionários, com as necessárias condições de trabalho. Importa aumentar o orçamento dos distritos afectados, quer através do Orçamento Geral do Estado, quer através de doações de parceiros, reforçando o papel do Tribunal Administrativo e das OSCs na verificação das contas públicas.

**Maior apoio ao sector da educação,** prevendo o transporte dos funcionários deslocados no Sul e Oeste de Cabo Delgado para o Nordeste da província, e a criação de condições mínimas de habitação, envolvendo as populações locais e criando empregos. Importa canalizar o fundo de Apoio ao Desenvolvimento Escolar para as escolas dos distritos afectados, de forma a garantir o funcionamento mínimo dos estabelecimentos de ensino e a investir no ensino técnico-profissional.

**Alargamento dos serviços de saúde,** apetrechando as unidades sanitárias com os equipamentos necessários, criando condições de habitação dos respectivos funcionários; e canalizando a medicina militar para zonas de ausência de infra-estruturas de saúde e de concentração populacional; reconstituindo as redes informais de saúde e formação de matronas para apoio a partos.



**Apoio a actividades económicas**, planificação atempada da segunda época agrícola; apoio à pecuária, prestando maior atenção às actividades pesqueiras, incluindo actividades de refrigeração; apoio a operadores de transportes colectivos de bens e serviços, criação de linhas de crédito bonificado para apoio de actividades económicas, constituindo parcerias com redes de microcrédito, criteriosamente seleccionadas (com base no mérito e não em redes clientelistas).

**Reconstituição do sistema de justiça**, nomeadamente do Ministério Público e dos serviços de investigação criminal, patrocínio jurídico e tribunais, mas também da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

**Fortalecimento das organizações da sociedade civil locais**, mais próximas das populações e dos governos e, portanto, com um papel importante ao nível da prestação de serviços às comunidades, reintegração social de vítimas de violência, desertores e arrependidos, mas também de monitorização e fiscalização das acções do Governo, observação eleitoral e defesa de direitos humanos. Apoio a rádios comunitárias e financiamento de *think tanks* nacionais.

#### REFERÊNCIAS:

- ACAPS (2022) Healthcare under siege in Cabo Delgado conflict, disponível em <https://crisisinsight.acaps.org/cabodelgado>, acesso a 27.02.2023
- Cabo Ligado (21.02.2023) *Cabo Ligado Semanal: 13-19 de Fevereiro de 2023*. Disponível em <https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2023/02/Portuguese-Cabo-PDF-131.pdf>, acesso a 26.02.2023.
- CARTA (27.01.2023) "Terroristas oferecem dinheiro à população de Calugo em Mocimboa da Praia", disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/12853-terroristas-oferecem-dinheiro-a-populacao-de-calugo-em-mocimboa-da-praia>, acesso a 24.02.2023
- GOVERNO DO DISTRITO DE MdP (2019) *Balanço anual do PES-2019*. Mocimboa da Praia: Administração do Distrito de Mocimboa da Praia
- GOVERNO DO DISTRITO DE MdP (2020) *Plano Económico Social e Orçamento Distrital*. Mocimboa da Praia. Administração do Distrito de Mocimboa da Praia.
- RM (14.11.2022) "Presidente da República lança Campanha Agrícola 2022/2023" in Rádio Moçambique, disponível em <https://www.rm.co.mz/presidente-da-republica-lanca-campanha-agricola-2022-2023/>, acesso a 26.02.2023.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: [office@omrmz.org](mailto:office@omrmz.org)

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.

Maputo – Moçambique

[www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)